

Documento Unitário das Centrais Sindicais ao Presidente Lula, à Sociedade e aos Trabalhadores

No último quinquênio, o Brasil registrou a melhor trajetória de desenvolvimento dos últimos trinta anos. São cinco anos de crescimento num patamar muito superior ao das décadas recentes, com positivo impacto na geração de emprego e elevação dos salários médios, rendimentos reais e da massa salarial da população que trabalha.

Nesse período, um conjunto de políticas que estão sendo implementadas pelo governo federal vêm reforçando a elevação dos rendimentos da base da pirâmide de renda. Destacam-se, entre outras, a política de valorização do salário mínimo negociada com as Centrais Sindicais, a de transferência de renda do Bolsa Família, as de emprego e renda, o fim das privatizações, o avanço do crédito em geral e do crédito consignado em particular, o incentivo à agricultura familiar e o investimento público em infra-estrutura. O PAC representou a consolidação da política de retomada do desenvolvimento, alavancado pelo Estado e com base no mercado interno. Já no seu primeiro, em 2007, o PIB teve uma expansão de 5,4% e foram criados 2,5 milhões de novos empregos com carteira assinada.

A crise financeira mundial

A profunda crise financeira que surgiu a partir da economia americana e se espalhou rapidamente para os demais países jogou por terra, ou melhor, colocou no devido lugar, o mito de que os “mecanismos de mercado” são os mais eficientes para alocar os recursos econômicos das sociedades. Trata-se, mesmo, do esfacelamento e do esgotamento de todo o aparato teórico-prático do que convencionamos chamar de “neoliberalismo”. A imposição dos dogmas do livre-mercado e da auto-regulação gerou, na verdade, o ambiente propício ao “ganho fácil” e à especulação das mega corporações multinacionais. A crise do modelo que ora desmorona impõe a necessidade de maior controle estatal e democrático da atividade econômica.

A título de proteger os depósitos e injetar liquidez nos mercados, os vultosos recursos públicos repassados pelos governos dos EUA, Japão e pelas principais economias da Europa, ao sistema financeiro internacional, cada mais cartelizado e centralizado, e movidos pelo lucro máximo, se esterilizam na especulação. Hoje, enquanto o PIB mundial, ou seja, a economia real, é de cerca de US\$ 65 trilhões, na esfera financeira circulam, sob a forma de derivativos, mais de US\$ 600 trilhões.



Fica evidente, cada vez mais, que o combate a essa crise não surtirá efeitos com medidas pontuais de injeção de recursos circunscritas a alguns mercados, ainda que ultrapassem cifras na casa de um trilhão de dólares, pois o fenômeno se generalizou e atinge toda a economia mundial.

Os riscos para a economia brasileira

Em função da forte contração do crédito externo e também interno nas últimas semanas, há uma análise convergente que aponta para a desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira no curto prazo. Isso já se observa em alguns segmentos das atividades produtivas que anunciam “férias coletivas” e demissão de pessoal, adiamentos e cortes de investimentos.

A liberação do compulsório e de recursos dos bancos públicos para ampliar o crédito para setores econômicos como o automobilístico, a construção civil, a agricultura e outros são medidas positivas. Contudo, o setor financeiro privado está aplicando em títulos da dívida pública o dinheiro do compulsório liberado, ao invés de emprestá-lo para o setor produtivo.

Na visão das Centrais Sindicais que assinam esse documento, as medidas são necessárias. Contudo, devem ser complementadas por outras voltadas para a proteção dos empregos, dos trabalhadores e de nossas contas externas, em especial das nossas reservas internacionais, ameaçadas pelo grande volume de capital especulativo externo.

A crise e os trabalhadores brasileiros

As Centrais Sindicais brasileiras têm se empenhado na ação unitária pela defesa das reivindicações dos trabalhadores e pelo desenvolvimento econômico e social. Anualmente, realizam as Marchas Unitárias a Brasília. No ano passado, apresentaram ao governo e à sociedade a **Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento**. Quatro eixos orientaram sua construção: distribuir renda, reduzir o desemprego e a informalidade, fortalecer o Estado para promover o desenvolvimento e alargar os espaços de participação democrática visando construir mecanismos de controle social.

Sr. Presidente, as Centrais propõem, nesse momento de crise, o resgate dos principais pontos que orientaram a construção da **Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento**, tendo como **prioridade absoluta, medidas voltadas para a geração de emprego e renda.**

O movimento sindical brasileiro pretende preservar o caminho do crescimento. Diante dos riscos de desaceleração da atividade econômica, apoiamos o teor das medidas emergenciais tomadas pelo governo. Entretanto, consideramos que são necessárias a adoção de



políticas e medidas de contrapartidas sociais que visem a proteção dos trabalhadores e da população pobre.

Nesse manifesto, apresentamos à Vossa Excelência, aos trabalhadores e à sociedade propostas que visam reforçar a posição do Brasil para enfrentar a crise e sair dela mais forte para atingir os objetivos de crescer e distribuir renda.

Nossas principais propostas são:

1- implementar políticas econômicas anticíclicas, com base nos recursos públicos, objetivando não só manter o nível de emprego atual, mas também a sua ampliação;

2 - manter e realizar os programas sociais e de investimento público que são fundamentais para contrabalançar a inevitável redução do investimento e do consumo privados. O Estado é a instituição decisiva para enfrentar a crise. As vozes daqueles que até aqui apoiaram o “consenso” que levou o mundo à crise, voltam a entoar sua música enfadonha. São necessárias outras propostas, não aquelas que levaram à crise;

3 - reduzir os juros em linha com o que vem ocorrendo no mundo inteiro. Como é possível desenvolver todo o potencial da economia brasileira com os mais altos juros reais do mundo?;

4 - implantar um vigoroso programa de substituição de importações, para fortalecer o mercado interno e reduzir a vulnerabilidade da economia;

5 - criar mecanismos de controle do fluxo de capital externo e de controle do câmbio. Segundo dados conservadores de 2007, cerca de US\$ 268 bilhões podem deixar o país num processo de fuga de capitais expondo a relativa vulnerabilidade da economia brasileira;

6 - todo e qualquer recurso público para ampliar a liquidez do sistema bancário e crédito aos setores produtivos deve ser acompanhado de contrapartidas sociais na aplicação dos mesmos, notadamente a preservação dos empregos;

7 - os fundos sociais dos trabalhadores - FGTS e FAT- o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal podem e devem apoiar esse esforço de mobilizar os recursos públicos para combater a desaceleração da economia. Tanto em direção aos setores que devem ser apoiados, como para garantir as contrapartidas sociais. O investimento nas áreas de Habitação e Saneamento são bons exemplos de setores que geram emprego e reforçam a renda interna, já que os elos dessa cadeia produtiva estão instalados no Brasil, com efeitos positivos



sobre a geração de emprego e renda, e sobre a qualidade de vida da população. Além disso, não pressionam a balança comercial e as importações. Políticas voltadas para apoiar o setor agrícola e a agricultura familiar reforçam a segurança alimentar e combatem a inflação, tornando-se fundamentais neste momento;

8 - a democratização do Conselho Monetário Nacional, através de sua ampliação com participação de representantes dos trabalhadores e do setor produtivo, torna-se imprescindível para garantir maior equilíbrio na formulação e nas decisões das políticas monetárias do país;

9 - redução do superávit primário com o objetivo de assegurar recursos para o gasto público e para o Plano de Aceleração do Crescimento, fortalecendo a política fiscal como instrumento de política econômica anticíclica;

10 - ratificar e fazer cumprir, urgentemente, as Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

11- garantir a continuidade da política de valorização do salário mínimo negociada com as Centrais Sindicais, assegurando a aprovação do Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional;

12 - extinção do Fator Previdenciário, que penaliza o trabalhador no momento de sua aposentadoria;

13 - ampliar as faixas de rendimento da tabela do imposto de renda e corrigir os seus valores anualmente para manter o poder aquisitivo dos trabalhadores;

14 - assegurar o cumprimento da Agenda do Trabalho Decente, conforme compromisso assumido pelo governo;

15 - promover a redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, como instrumento efetivo de criação de emprego;

16 - promover a desoneração tributária de todos os produtos da cesta básica de consumo popular;

17 - ampliar o número de parcelas do seguro desemprego, estendendo-o aos trabalhadores rurais contratados na modalidade do "plano safra", e assegurando os recursos orçamentários para este fim;

18 - retirar todos os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que objetivem a flexibilização das relações de trabalho (p. e., o PL 4032, dentre outros).



Essas são as propostas imediatas e de consenso das Centrais para enfrentar o momento atual.

Uma agenda viável para o enfrentamento da pobreza e da concentração de renda

Reconhecemos, ademais, que a superação mundial da crise vai depender de uma nova arquitetura do sistema financeiro mundial. A desmontagem da especulação financeira cobra um preço alto daqueles que não fizeram parte da festa dos ganhos fáceis. O Brasil terá voz decisiva na construção desse novo arranjo internacional se for capaz de propor uma agenda viável para o enfrentamento da pobreza e da concentração de renda. Em parte, isso está em curso no nosso país. Mas, é preciso avançar muito mais. O Movimento Sindical dos Trabalhadores está pronto a exercer papel ativo e ser importante referência na construção desta nova ordem econômica e social.

Enfrentar a especulação financeira, controlar os fluxos de capitais, tributar com justiça e, sobretudo, reforçar as políticas sociais que garantam a inclusão de todos, fazem parte dessa agenda para viabilizar a superação da crise na direção que interessa aos trabalhadores e ao povo.

São Paulo, novembro de 2008.

Antônio Fernandes dos Santos Neto
Presidente da CGTB

Wagner Gomes
Presidente da CTB

Artur Henrique da Silva Santos
Presidente da CUT

Paulo Pereira da Silva
Presidente da Força Sindical

José Calixto Ramos
Presidente da NCST

Ricardo Patah
Presidente da UGT

